

CADE aprova proposta da Comissão de Orçamento para 2021 e projeta ampliação de recursos para plano de saúde, correção salarial, carreira e contratações

*Em reunião histórica, ação conjunta dos membros do Chapão Adunesp e do Chapão Sintunesp/Associações garante debate democrático da peça orçamentária e avanços na garantia de direitos. **Decisão final caberá ao CO***

As vésperas da sessão do Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE), marcada para 18/11, os conselheiros eleitos pelo **Chapão da Adunesp e Chapão Sintunesp/Associações** reuniram-se para debater os pontos de pauta e as propostas em comum, de interesse da comunidade acadêmica e da Universidade, que levariam para discussão no colegiado. O principal tema do CADE seria a definição da peça orçamentária da Unesp para 2021.

A ação coletiva e combativa destes conselheiros conseguiu garantir o debate democrático durante a reunião do colegiado e, finalmente, a aprovação de uma proposta de orçamento – alicerçada em uma previsão de arrecadação do ICMS em alta neste segundo semestre de 2020 e no próximo ano – que estabelece como prioridades os salários, o 13º, as férias e o vale alimentação. Em contraposição à proposta orçamentária organizada pela Pró-Reitoria de Planejamento Estratégico e Gestão (Propeg), o CADE aprovou – com 17 votos a favor, 4 contrários e 1 abstenção – a proposta substitutiva apresentada pela Comissão de Orçamento do colegiado, construída a partir de diálogos que foram estabelecidos com vários segmentos da comunidade (Adunesp, Sintunesp, Unesp Saúde, Fundunesp, AJ da Unesp, Comissão de Contratação Docente-CCD e a própria Propeg).

A proposta orçamentária da Comissão, aprovada no CADE em 18/11, prevê a realocação de R\$ 6 milhões adicionais para o patrocínio da Reitoria ao Unesp Saúde em 2021, de modo a compensar o reajuste de 5,5% que o plano terá a partir de dezembro deste ano. A medida é um reconhecimento de que a aprovação de um reajuste no plano, após vários anos de salários praticamente congelados, significaria um novo confisco salarial sobre servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp. A proposta aprovada ainda ampliou em R\$ 2 milhões os recursos ao PDI, em relação à proposta da Propeg, para melhorias na graduação.

No caso do valor de R\$ 168 milhões, presente na “Fonte 91”, a proposta aprovada indica o uso prioritário para



recompôr a isonomia salarial com a USP e a Unicamp (de uma defasagem total de 5,27%, o Conselho Universitário havia deliberado, num primeiro passo, a concessão de 3% a partir de março/2020, sendo que a Reitoria repassou apenas 2,2%); a retomada da promoção por escolaridade

aos técnico-administrativos e das contratações em ambos os segmentos. A “Fonte 91” diz respeito à expectativa do governo estadual com o aumento da arrecadação em 2021, por conta da redução parcial de benefícios fiscais aprovada com o PL 529. Como o valor destinado à Unesp, de R\$ 168 milhões, está condicionado e não tem previsão de como e quando será realizado no decorrer do próximo ano, a indicação da Comissão de Orçamento é que seja aplicado nos itens citados acima, no mais tardar no início de 2022.

A seguir, acompanhe o detalhamento dos debates que levaram a este desfecho. Este boletim conjunto é fruto dos relatos produzidos pelos membros do **Chapão Adunesp e Chapão Sintunesp/Associações** no CADE.

Rompimento das negociações com o governo

Logo no início da sessão do CADE, os conselheiros receberam um comunicado produzido pela Comissão de Orçamento, manifestando o seu estranhamento com a informação de que a Reitoria da Unesp havia abandonado as negociações com o governo do estado em relação ao repasse de R\$ 168 milhões, como compensação financeira decorrente de queda de arrecadação do ICMS à Unesp no âmbito da Lei Complementar (LC) 173/2020. A crítica esteve presente em seguidas falas durante a reunião.

O documento da Comissão lembra que esta é uma negociação essencialmente política, uma vez que os R\$ 6,6 bilhões recebidos do governo federal – a título de mitigação dos efeitos financeiros decorrentes da



pandemia de Covid-19 – pelo governo paulista, não estão vinculados a nenhum item do orçamento do estado. Considerando a melhora significativa na arrecadação do ICMS ainda em 2020, o que já garante o pagamento do 13º salário e o empenho da folha de dezembro ainda no orçamento de 2020, a vinda desses recursos provenientes da LC 173 permitiria à Unesp um planejamento mais consistente do futuro próximo. Fica a impressão, no entanto, que a atual Reitoria priorizou negociar o fechamento de sua gestão, mas não pensou na Universidade enquanto instituição.

“A mudança de foco nas negociações representa assumir e obrigar o ônus imposto pela LC 173/2020 a toda a comunidade unespiana, porém, sem ter acesso ao bônus financeiro que o estado de São Paulo recebeu do governo federal”, destaca o documento da Comissão de Orçamento, em referência ao congelamento de salários e benefícios, entre outros prejuízos, impostos aos servidores por conta da lei. O texto conclama a Reitoria a retomar as negociações com o governo estadual.

Manobras com os números

O desenrolar dos debates durante a sessão do CADE em 18/11 foi explicitando um conjunto de manobras da Propeg com os números para a montagem de sua proposta de orçamento para 2021.

Conselheiros vinculados aos “Chapões” fizeram um histórico do orçamento da Unesp de 2018 a 2020 em relação à rubrica Pessoal e Reflexos, mostrando que os recursos para o pagamento dos professores substitutos estavam sim alocados nesse item da peça orçamentária, ao contrário do que tinha sido afirmado pela assessoria da reitoria ao defender a peça orçamentária proposta pela Propeg para 2021.

Os membros dos “Chapões” lembraram que, durante as reuniões entre a Comissão de Orçamento e a equipe econômica, falou-se que a proposta da Propeg era aportar 13,8 folhas para 2021, pois havia a possibilidade de parte da folha de dezembro de 2020 ser empenhada no próximo exercício. Assim, a proposta orçamentária para a Unesp foi sugerida pela Propeg com valor de R\$ 2,42 bilhões (13,8 x R\$ 175 milhões/mês) em Pessoal e Reflexos.

A Comissão de Orçamento, sabendo da recuperação econômica do estado de São Paulo e das elevações dos repasses do ICMS, chegou à conclusão de que todas as folhas de pessoal para 2021 seriam garantidas sem a necessidade de fazer o aporte de 13,8 folhas para essa rubrica, pois a folha de dezembro/20 seria empenhada ainda em 2020. Ocorre que, na última reunião entre a Comissão de Orçamento e a equipe econômica da Reitoria, os assessores econômicos tinham mostrado que não havia 13,8 folhas em Pessoal e Refle-

xos, uma vez que, segundo eles, dentro dos R\$ 2,42 bilhões, estavam contabilizados: R\$ 12 milhões para o pagamento dos professores substitutos e o ‘superávit’ de R\$ 31,7 milhões, que não precisaria mais ser devolvido ao governo estadual em 2021, porque as universidades foram retiradas do PL 529. Portanto, para a assessoria da Reitoria, esses valores deveriam ser subtraídos do valor total de empenho, indicando que esta rubrica continha apenas 13,58 folhas, induzindo a Comissão de Orçamento a acreditar nesse fato.

No entanto, considerando que os recursos para o pagamento dos professores substitutos SEMPRE compuseram as folhas de Pessoal e Reflexos, e que o governo não irá recolher o ‘superávit’ da Unesp, o valor total nessa rubrica continua com 13,8 folhas e tem um valor de aproximadamente R\$ 80 milhões a mais do que o necessário para cobrir 13,33 folhas.

Apesar da clareza dos números apontados pelos membros dos “Chapões”, representantes da equipe econômica da Propeg continuaram insistindo na afirmação de que a peça orçamentária de 2021 será realizada sem os R\$ 31,7 milhões do ‘superávit’ de 2019, ou seja, segundo eles, a peça distribuirá R\$ 2,735 bilhões e não R\$ 2,766 bilhões. Curiosamente, essa informação não confere com a planilha proposta pela própria equipe econômica.

Manobra com pareceres jurídicos

Após a Comissão de Orçamento trabalhar por um longo período na montagem da proposta orçamentária para 2021, conversando com vários segmentos da comunidade, inclusive com a Assessoria Jurídica da Universidade, já próximo à presente sessão do CADE os conselheiros foram surpreendidos com a apresentação de um parecer dessa mesma AJ “provando” a inviabilidade de ampliar o aporte de recursos para o patrocínio do Unesp Saúde, com base no que estaria previsto pela LC 173/2020. Segundo a interpretação da AJ da Unesp, a LC 173 impede, também no âmbito das universidades públicas paulistas, reajustes salariais e de benefícios, entre outros, até dezembro de 2021.

O inesperado parecer da AJ da Reitoria foi amplamente criticado pelos membros da Comissão de Orçamento e representantes dos dois “Chapões”. As AJs da Adunesp e do Sintunesp, inclusive, produziram estudos mostrando que a tese da AJ da Reitoria não procede.

A propósito, diz a AJ da Adunesp, num dos trechos de seu parecer: “As vedações contidas na LC 173/20, em especial em seu artigo 8º, ao serem aplicadas aos estados e municípios, incluindo suas respectivas autarquias, invadem autonomia e competência legislativa que não lhes pertencem, e cujo dispositivo somente pode ser compreendido, à luz do princípio do pacto federativo, como uma diretriz para que estados e municípios adotem legislação com esse mesmo vetor, o que não foi realizado pelo estado de São



Apresentação do boletim econômico durante a sessão do CADE



Paulo. No entanto, a Unesp se vale da lei para sustentar a impossibilidade de concessão de subsídios para o plano de saúde, assim como se escuda na mesma lei para a supressão de uma série de outros direitos de seus servidores. **A ilegalidade é inequívoca**". (grifo nosso).

O parecer da AJ do Sintunesp também enfatiza a ilegalidade do uso da LC 173 no âmbito do estado sem a existência de alterações na legislação estadual. De qualquer forma, ainda que fossem consideradas as restrições da LC 173, o texto lembra que não se trata de "aumento ou concessão de novo benefício", mas sim de "**mera recomposição monetária no custeio do subsídio** já existente do Plano de Saúde concedido aos servidores da Unesp" (grifo nosso), portanto, anterior à pandemia. "*Ora, o ato normativo da Universidade autorizador do subsídio do custeio do plano de saúde dos servidores é anterior ao Estado de Calamidade Pública decretado em 20/03/2020*".

Embora a AJ da Reitoria tivesse tempo na reunião para defender seu parecer, o mesmo não foi permitido aos advogados das entidades sindicais, o que, infelizmente, não nos surpreende.

Frente ao 'saldinho' inesperado, a comunidade pergunta: E os 0,8% aprovados pelo CO?

Ao apresentar o mais recente boletim econômico da Propeg, o professor José Roberto Ruggiero, assessor-chefe de Planejamento e Orçamento, expôs dados que mostram uma recuperação extraordinária da arrecadação do ICMS após os primeiros meses da pandemia. Naquele período, ainda cercado de incertezas, a equipe econômica da Reitoria imaginava o fechamento do ICMS para 2020 em torno de R\$ 101 bilhões, estimativa que foi sendo ampliada gradualmente, até chegar à atual previsão de R\$ 108,8 bilhões. Com isso, foi possível à Reitoria prever o pagamento do 13º e do salário de dezembro dentro do orçamento deste ano. E mais: segundo Ruggiero, teremos um "saldinho" inesperado no final do ano.

Os representantes do Chapão da Adunesp e Chapão Sintunesp/Associações reivindicam que o "saldinho" seja usado para pagar o reajuste de 0,8% aos salários. Para quem não se lembra, o Conselho Universitário de dezembro/2019 aprovou uma peça orçamentária para 2020 prevendo que a Reitoria deveria repor 3% aos servidores docentes e técnico-administrativos, como parte da dívida de 5,27% (reajustes concedidos pela USP e Unicamp e não honrados pela Unesp, respectivamente 3% em maio/2016 e 2,2% em maio/2019). Ocorre que, descumprindo ostensivamente o aprovado pelo colegiado máximo da Universidade, o reitor Sandro Valentini "decidiu" repor apenas 2,2% em março/2020, com pagamento nos salários de abril/2020.

É hora de exigir que a decisão do CO seja cumprida! E, de antemão, que fique claro: a decisão do CO é anterior à

LC 173 e os recursos para isso estão contemplados no orçamento da Unesp para 2020!

Aprovação final do orçamento 2021 cabe ao Conselho Universitário

Os membros do CADE e a comunidade acadêmica esperam que o Conselho Universitário, que terá o orçamento como pauta em dezembro, referende a decisão do colegiado, que aprovou por esmagadora maioria (como dito no início deste boletim, por 17 votos a favor, 4 contrários e 1 abstenção) a proposta orçamentária apresentada pela Comissão de Orçamento, desconstruindo, ponto por ponto, os argumentos da Reitoria, que fez o que pôde para resistir a esse avanço, mas não conseguiu.

A alocação de recursos para o patrocínio do plano de saúde não é aumento de benefícios, mas sim uma recomposição monetária no custeio do subsídio, bem como uma tentativa de impedir que o poder aquisitivo dos servidores, tão duramente abalado pela política de arrocho salarial, seja diminuído ainda mais.

A proposta aprovada pelo CADE tem o grande mérito de estabelecer como prioridades fundamentais e inegociáveis os salários, 13º salário, férias, vale alimentação etc. Afinal, o maior patrimônio da Unesp são os seus trabalhadores e trabalhadoras, que precisam ser valorizados/as.

Pandemia e outros pontos levantados na reunião

A sessão do CADE teve início com a apresentação da Dra. Ludmila Cândida de Braga, da Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalhador da Propeg, que atualizou as informações relacionadas à pandemia da Covid-19. Em especial, ela destacou que desde o início de novembro os dados apontam uma tendência de crescimento do número de casos. Conforme a última versão do Plano de Retomada, publicado em 25/08/2020, estava previsto que a partir do dia 21/11, tendo completando 28 dias na fase amarela, poderiam ser iniciadas as etapas de retorno de atividades presenciais na Unesp. De acordo com a Dra. Ludmila, devido à tendência de crescimento da pandemia, a reclassificação das fases do estado foi adiada para 30/11, o que poderá alterar a retomada de atividades presenciais na Unesp.

Conselheiros também solicitaram informações sobre a possibilidade da Unidade de Ourinhos ser incorporada a uma outra Unidade Universitária, o que vem causando temores e angústias na comunidade.

Na fala da presidência, o Prof. Leonardo Theodoro Büll abordou diversos assuntos, dentre os quais a economia de R\$ 7 milhões pela revisão de contratos terceirizados. Ele também comemorou que o 13º salário será pago nos dias 30/11 e 11/12 e o equilíbrio da folha de pagamento de dezembro. Sobre esta última questão, vários conselheiros se manifestaram, lembrando que pagar o 13º salário é uma obrigação da instituição e um direito de seus trabalhadores.

